DIEGO MARCEL COSTA BOMFIM

EXTRAFISCALIDADE

IDENTIFICAÇÃO, FUNDAMENTAÇÃO, LIMITAÇÃO E CONTROLE

Tese de Doutorado

Orientador: Prof. Dr. Paulo Ayres Barreto

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP
SÃO PAULO

2014

DIEGO MARCEL COSTA BOMFIM

EXTRAFISCALIDADE

IDENTIFICAÇÃO, FUNDAMENTAÇÃO, LIMITAÇÃO E CONTROLE

Tese apresentada à Banca Examinadora da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito Econômico, Financeiro e Tributário, sob orientação do Professor Associado Paulo Ayres Barreto.

SÃO PAULO

2014

Nome: Diego Marcel Costa Bomfim

Título: Extrafiscalidade: identificação, fundamentação, limitação e controle

Tese apresentada à Banca Examinadora da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito Econômico, Financeiro e Tributário, sob orientação do Professor Associado Paulo Ayres Barreto.

Aprovado em _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

À minha esposa Beatriz, com imenso amor, pelo apoio (quando muito precisei), pelo estímulo gratuito (que sempre tive) e pelas risadas compartilhadas (que fizeram essa caminhada ser um pouco menos árida).

Aos meus pais, Marcelo e Cristina, e aos meus irmãos, Ivo e Marselle, sempre carinhosos e atentos, em retribuição à minha recorrente ausência.

Ao Professor Paulo Ayres Barreto, por acreditar, orientar, ouvir e ensinar.

RESUMO

BOMFIM, Diego Marcel Costa. *Extrafiscalidade: identificação, fundamentação, limitação e controle*. São Paulo (Tese de Doutorado), USP, 2014.

Esta tese tem como objetivo investigar os limites constitucionais ao emprego de normas tributárias extrafiscais, contribuindo, de maneira original, com o desenvolvimento de métodos que possibilitem que estes instrumentos sejam controlados de modo mais preciso pelo Poder Judiciário. Para a consecução deste objetivo central, trabalhou-se a partir de quatro blocos de investigação. Primeiro, a pesquisa centrou-se em discutir a importância de segregação das normas tributárias entre fiscais e extrafiscais, analisando as diversas propostas de métodos para a separação entre estas. Ao final, a tese sugere que as normas tributárias extrafiscais devem ser identificadas a partir das suas finalidades, conforme venha a ser interpretado pelo aplicador da norma. Superada a questão, passa-se à investigação dos fundamentos constitucionais que legitimam o emprego das normas tributárias extrafiscais, quando se debate em que sentido normativo se pode falar em neutralidade tributária. Em um terceiro módulo de investigação, as normas tributárias extrafiscais são contrapostas às limitações constitucionais ao poder de tributar, ao conflito entre competência regulatória e competência tributária, ao conceito constitucional de tributo, bem como aos limites ínsitos às espécies tributárias previstas pela Constituição Federal.

Por fim, apresenta-se um modelo de protocolo decisório que pode ser utilizado para fins de controlabilidade das normas tributárias extrafiscais pelo Poder Judiciário, colocando-se em destaque os princípios da igualdade e da proporcionalidade.

Palavras-chave: Extrafiscalidade; intervenção estatal; domínio econômico; neutralidade tributária; controle.

ABSTRACT

BOMFIM, Diego Marcel Costa. *Extrafiscalidade: identificação, fundamentação, limitação e controle*. São Paulo (Tese de Doutorado), USP, 2014.

The main goal of this thesis is to investigate the constitutional limits on the use of non-fiscal purpose tax laws, contributing, with originality, to the development of methods that allow a more precise control of these instruments by the Judiciary Branch. To achieve such goal, the thesis was divided into four parts. The first part focuses in discussing the importance of segregation of tax laws in two groups: fiscal and non-fiscal, and analyzes the numerous methods proposed for such classification. The thesis suggests that non-fiscal purpose tax laws must be identified by their purpose, as interpreted by those responsible for applying the law. The second part investigates the constitutional basis that legitimates the use of non-fiscal purpose tax laws and discusses to what normative extent one can speak of tax neutrality. In the third part, the non-fiscal purpose tax laws are compared to the constitutional limits on taxation, to the conflict between regulatory competence and fiscal competence, to the constitutional concept of tax, as well as to the limits involving the tax species provided by the Federal Constitution. Finally, a model of decision making protocol is presented for use as a mean of control by the Judiciary Branch of the non-fiscal purpose tax, highlighting the principles of equality and proportionality.

Key-words: Non-fiscal purpose tax laws; regulatory taxes; tax neutrality; control.

LISTA DE ABREVIATURAS

ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
CAMEX	Câmara de Comércio Exterior
CF	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CIDE	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
COFINS	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
CONFAZ	Conselho Nacional de Política Fazendária
COSIP	Contribuição para Custeio de Iluminação Pública
CPMF	Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CTN	Código Tributário Nacional
DJ	Diário da Justiça
DJe	Diário da Justiça Eletrônico
EC	Emenda Constitucional
Ed.	Edição
HC	<i>Habeas Corpus</i>
ICMS	Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação
IE	Imposto sobre Exportação
IEG	Imposto Extraordinário de Guerra
IGF	Imposto sobre Grandes Fortunas
II	Imposto sobre Importação de produtos estrangeiros
IOF	Imposto sobre Operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPMF	Imposto Provisório sobre a Movimentação Financeira
IPTU	Imposto sobre a Propriedade predial e Territorial Urbana
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IR	Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza
ISS	Imposto sobre Serviços de qualquer natureza
ITBI	Imposto sobre a Transmissão <i>inter vivos</i> , a qualquer título, por ato oneroso, de Bens Imóveis
ITCMD	Imposto sobre a Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação de quaisquer bens ou direitos
ITR	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
LC	Lei Complementar
MC	Medida Cautelar
OCDE	Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico
OMC	Organização Mundial do Comércio
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PIS	Contribuição para o Programa de Integração Social
RE	Recurso Extraordinário
SAT	Seguro de Acidente de Trabalho

SIMPLES	Sistema simplificado de pagamento de tributos
ss.	seguintes
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento
v.g.	<i>Verbi gratia</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
------------------	----

PRIMEIRA PARTE – IDENTIFICAÇÃO DA EXTRAFISCALIDADE

CAPÍTULO I – SOBRE A IMPORTÂNCIA DE SE IDENTIFICAR A EXTRAFISCALIDADE	20
1.1 Por que identificar a extrafiscalidade?	20
1.2 Para uma análise funcional do direito tributário	22
1.3 Sobre as funções e as finalidades da tributação	25
1.3.1 Normas tributárias extrafiscais	27
1.4 Sobre a programação das normas tributárias	31
1.5 Sobre a necessária segregação entre fiscalidade e extrafiscalidade para fins de interpretação das limitações constitucionais ao poder de tributar	33
CAPÍTULO II – PROPOSTA TEÓRICA DE IDENTIFICAÇÃO DAS NORMAS TRIBUTÁRIAS EXTRAFISCAIS	35
2.1 Critérios de identificação da extrafiscalidade e sua vinculação à validade das normas tributárias	35
2.2 Critério finalístico baseado na intenção do legislador	36
2.2.1 Crítica.....	37
2.3 Critério baseado na comparação objetiva da tributação incidente entre situações equivalentes.....	38
2.3.1 Crítica.....	39
2.4 Critério da capacidade contributiva	40
2.4.1 Crítica.....	41
2.5 Critério baseado na afetação dos recursos arrecadados	41
2.5.1 Crítica.....	42
2.6 Critério da avaliação empírica baseado nos efeitos concretos das normas.....	43
2.6.1 Crítica.....	45
2.6.1.1 Todos as normas tributárias geram efeitos extrafiscais	45
2.6.1.2 Sobre a dificuldade na constatação do nexo causal entre o efeito extrafiscal identificado e a medida tributária adotada	45
2.6.1.3 O problema de se considerar a eficácia social como elemento de validação das normas	47
2.7 Proposta de identificação baseada na finalidade interpretada pelo aplicador da norma jurídica	49

2.7.1 Compatibilizando os fins e os efeitos da tributação	53
---	----

SEGUNDA PARTE – FUNDAMENTAÇÃO DA EXTRAFISCALIDADE

CAPÍTULO III – INTERVENÇÃO DO ESTADO SOBRE O DOMÍNIO ECONÔMICO	55
3.1 Sobre uma análise jurídica da intervenção	55
3.2 Ordem econômica constitucional e sua peculiar configuração.....	57
3.2.1 Base fundante da ordem econômica: a intersecção entre a livre-iniciativa e a valorização do trabalho humano	59
3.3 Fundamentos constitucionais para a intervenção do Estado no Domínio Econômico	60
3.3.1 Intervenção direta do Estado no domínio econômico: agente econômico.....	63
3.3.2 Intervenção indireta do Estado sobre o domínio econômico: agente normativo	64
3.3.2.1 Diferenciando intervencionismo e dirigismo econômico	67
CAPÍTULO IV – TRIBUTOS COMO INSTRUMENTOS DE INTERVENÇÃO: ENTRE NEUTRALIDADE E EXTRAFISCALIDADE	69
4.1 Introdução	69
4.2 Alguns comentários sobre a neutralidade econômica dos tributos	70
4.3 A opção constitucional por uma extrafiscalidade programada	73
4.4 Compatibilizando a igualdade tributária e a extrafiscalidade	77
4.5 Construindo um sentido jurídico para a neutralidade tributária	78
4.5.1 Neutralidade tributária tomada como a regra de Edimburgo (“ <i>leave them as you find them rule of taxation</i> ”)	78
4.5.2 Neutralidade tributária como princípio jurídico que impõe em máxima medida possível a não intervenção do Estado mediante os tributos	79
4.5.3 Neutralidade tributária como regra jurídica que impõe a necessidade de justificação das normas tributárias extrafiscais.....	81
4.6 Fundamentos das normas tributárias extrafiscais	85
4.6.1 Redução das desigualdades regionais	86
4.6.2 Soberania nacional	87
4.6.3 Propriedade privada e função social	88
4.6.4 Livre concorrência	89
4.6.5 Defesa do consumidor	92
4.6.6 Defesa do meio ambiente.....	93
4.6.7 Busca do pleno emprego.....	96

4.6.8 Tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte	97
4.7 Técnicas tributárias para o alcance da extrafiscalidade	98
4.7.1 Técnicas de fixação da alíquota	100
4.7.2 Técnicas de fixação da base de cálculo.....	102

TERCEIRA PARTE – LIMITES CONSTITUCIONAIS À EXTRAFISCALIDADE

CAPÍTULO V – DAS LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR	104
5.1 Submissão das normas tributárias extrafiscais às limitações constitucionais ao poder de tributar.....	104
5.2 Entre regras e princípios constitucionais	107
5.2.1 Adotando um critério de classificação das normas.....	109
5.2.1.1 Enfrentamento entre regras e princípios	113
5.3 Extrafiscalidade e as limitações constitucionais ao poder de tributar prescritas por regras	116
5.3.1 Legalidade tributária	116
5.3.1.1 Legalidade, estrita legalidade tributária e tipicidade	119
5.3.1.1.1 Sobre a flexibilização da legalidade tributária em face da edição de normas tributárias extrafiscais	124
5.3.1.2 Legalidade tributária, interpretação e logicismo.....	129
5.3.1.3 Limites e condições para a alterabilidade das alíquotas dos impostos regulatórios por ato do Poder Executivo e a regra da legalidade.....	131
5.3.1.4 Das tentativas de flexibilização da legalidade via Emenda Constitucional	134
5.3.2 Irretroatividade.....	136
5.3.3 Anterioridade	141
5.3.4 Proibição de utilização de tributo com efeito de confisco	144
5.3.5 Não discriminação	146
5.3.6 Especificidade da lei na concessão exonerações tributárias	150
5.4 Extrafiscalidade e as limitações constitucionais ao poder de tributar prescritas por princípios	151
5.4.1 Segurança jurídica.....	151
5.4.2 Igualdade tributária	155
5.4.2.1 Critérios gerais de discriminação que orientam a aplicação da igualdade na instituição de normas tributárias fiscais	159
5.4.2.1.1 Capacidade contributiva e a igualdade nos impostos	160
5.4.2.1.2 Equivalência e a igualdade nas taxas e nas contribuições de melhoria ..	163

5.4.2.1.3 Igualdade nas contribuições	164
5.4.2.2 Critérios de aplicação da igualdade na instituição de normas tributárias extrafiscais	167
CAPÍTULO VI – FORMA FEDERATIVA DE ESTADO E EXTRAFISCALIDADE ...	170
6.1 Introdução	170
6.2 Outorga de competência tributária no Estado federal	171
6.3 A discriminação de competências tributárias é fundamento do pacto federativo brasileiro	175
6.4 Competência reguladora como limite à instituição de normas tributárias extrafiscais	177
6.5 Normas tributárias extrafiscais exonerativas, federalismo e repartição constitucional das receitas tributárias	179
CAPÍTULO VII – CONCEITO DE TRIBUTO COMO LIMITAÇÃO À EXTRAFISCALIDADE	181
7.1 Introdução	181
7.2 Definindo o conceito constitucional de tributo	182
7.3 Sobre o conceito positivado pelo CTN e suas notas definitórias	185
7.4 Tributo não constitui sanção por ato ilícito	187
CAPÍTULO VIII – LIMITES CONFORMADOS PELO REGIME JURÍDICO DE CADA UMA DAS ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS	190
8.1 Introdução	190
8.2 Como se classificam os tributos?	192
8.2.1 Sobre os diferentes fundamentos de validade constitucional das espécies tributárias	195
8.3 Impostos	197
8.3.1 Aspectos gerais sobre os impostos regulatórios	199
8.3.1.1 Sobre o IPI e a seletividade em função da essencialidade do produto	203
8.3.2 Progressividade no ITR	207
8.3.3 Restrições constitucionais à utilização do ICMS como instrumento de extrafiscalidade	208
8.3.3.1 Facultatividade da seletividade no ICMS	215
8.3.4 Sobre a progressividade fiscal e extrafiscal no IPTU	215
8.3.5 Nota sobre a progressividade fiscal e extrafiscal no ITCMD	219
8.4 Taxas	219
8.5 Contribuições de melhoria	222
8.6 Empréstimos compulsórios	224

8.7 Contribuições	224
8.7.1 Contribuições sociais	226
8.7.2 Contribuições de intervenção no domínio econômico	228
8.7.3 Contribuições corporativas	232
8.7.4 Contribuição para o custeio da Iluminação Pública.....	235

QUARTA PARTE – CONTROLE DA EXTRAFISCALIDADE

CAPÍTULO IX – SOBRE O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO NA ANÁLISE DA CONSTITUCIONALIDADE DA EXTRAFISCALIDADE.....	241
9.1 Introdução	241
9.2 Traçando premissas para a construção da decidibilidade de conflitos normativos que envolvem a extrafiscalidade	242
9.2.1 Do Estado de Direito.....	244
9.2.1.1 Mas afinal, por que ainda é importante se discutir o que é Direito?.....	246
9.2.1.1.1 Dogmática do Direito, interpretação e decisão final.....	247
9.2.1.1.2 Da impossibilidade de uma argumentação consequencialista	252
9.2.1.1.3 Afinal, como os elementos e dados econômicos devem influir na aplicação do Direito?	255
9.3 Proposta de um protocolo decisório para o julgamento das normas tributárias extrafiscais pelo Poder Judiciário	257
9.3.1 Controlabilidade judicial do princípio da igualdade tributária e a extrafiscalidade	261
9.3.1.1 O princípio da igualdade é mais do que proibição de arbitrariedade.....	262
9.3.1.2 Sobre o cânone do legislador negativo, igualdade e extrafiscalidade.....	265
9.3.1.3 Seletividade, extrafiscalidade e controle judicial	268
9.3.2 Controlabilidade por meio da aplicação da regra da proporcionalidade.....	269
9.3.2.1 Adequação	270
9.3.2.2 Necessidade	271
9.3.2.3 Proporcionalidade em sentido estrito.....	272
9.3.3 Sobre a impossibilidade de controle judicial da política tributária.....	274
QUINTA PARTE – CONCLUSÕES	276
BIBLIOGRAFIA CITADA	281
Tabela de decisões citadas	303

INTRODUÇÃO

O homem tem pouca capacidade de indicar, no presente, os acontecimentos que marcarão sua história no futuro. Primeiro, porque a história será contada mediante uma versão (condizente ou não) que, necessariamente, tem de ser construída após o fato. Depois, porque o presente, vez por outra, sofre reviravoltas drásticas, impedindo a elaboração de uma descrição apurada naquele momento.

Isso não impede, contudo, que se identifiquem no presente momentos destacados na história da humanidade. Momentos em que se tem a nítida sensação de que se está em meio a um processo histórico e relevante de transformação. Esta tese se inicia pela afirmação de que a humanidade vive atualmente um processo ímpar e potente de mudanças estruturais na economia e na sociedade.

Após um esforço amplo de aproximação dos mercados internacionais, tendo como auge a criação da União Europeia, o mundo passa, notadamente após a crise internacional de 2008¹, por um processo de retração da integração econômica, fomentado pela adoção de práticas protecionistas e da intervenção estatal². Fala-se na desintegração do mercado mundial, quando *questões* e, por que não dizer, *necessidades* internas passam a ocupar papel preponderante no desenvolvimento da economia local dos países e, por isso mesmo, do mundo. Fala-se em “*guerra cambial*”, “*guerra comercial*”, “*guerra fiscal internacional*” e “*guerra econômica*”, quando fica claro que, para manter a metáfora, *longe da paz, é preciso que o combatente conheça suas armas e suas (auto)limitações*.

¹ Sobre o assunto, cf. STIGLITZ, Joseph E. *Freefall: free markets and the sinking of the global economy*. London: Penguin Books, 2010, *passim*; FARIA, José Eduardo. Poucas certezas e muitas dúvidas: o direito depois da crise financeira. *Revista Direito GV*, n. 10, São Paulo, jul./dez. 2010, p. 297-324.

² Segundo dados do *10th Report on G20 Trade and Investment Measures*, publicado em dezembro de 2013 pela OMC, OCDE e UNCTAD, apesar da retomada do volume do comércio internacional, “*nos últimos seis meses, a maioria dos países membros do G 20 adotaram novas medidas que têm potencial para restringir o comércio. A tendência é no sentido de haver mais restrições. 116 novas medidas restritivas foram identificadas desde o último Relatório da OMC, e 109 medidas foram registradas nos sete meses anteriores. Estas medidas foram principalmente ações de defesa comercial, particularmente o estabelecimento de investigações antidumping, aumentos de tarifas alfandegárias e procedimentos aduaneiros mais restritivos. Novas medidas afetam em média 1,1% das importações, equivalente a 0,9% da importação de produtos no mundo*” (tradução livre). No original: “*In the last six months, most G-20 members have put in place new trade restrictions or measures that have the potential to restrict trade. The trend is towards more restriction. 116 new trade restrictive measures were identified since the last WTO report, up from 109 measures recorded for the previous seven-month period. These were mainly new trade remedy actions, in particular the initiation of anti-dumping investigations, tariff increases and more stringent customs procedures. New measures affect around 1.1% of G-20 merchandise imports, equivalent to 0.9% of world merchandise imports*”. Cf. 10th report on G20 trade and investment measures. OMC, p. 5. Disponível em: <<http://www.oecd.org/daf/inv/investment-policy/10thG20TradeInvestment.pdf>>. Último acesso em: 8/1/2014.

Entre os principais instrumentos utilizados pelo Estado para fins de manejo da política econômica, inegavelmente, alça-se em condição de destaque a tributação. Essa função da tributação, que já era reconhecida como fundamental desde a grande depressão dos anos 30 do século passado³, passa a ocupar papel preponderante a partir dos idos de 1990, sobretudo em virtude das restrições à política monetária dos países, decorrentes de suas adesões a uniões monetárias⁴ ou, ainda, de restrições orçamentárias impostas por regramentos internos, como se dá no Brasil, como exemplifica a Lei de Responsabilidade Fiscal, ou ainda por tratados internacionais. Os tributos passam a ser encarados como “armas táticas”⁵ dentro da política econômica dos países.

Para fins de correta delimitação do objeto de estudo, assinala-se que esta tese não tem como escopo, de forma alguma, discutir os erros ou acertos desta ou daquela política econômica, muito menos contribuir com a (re)discussão do papel do Estado na economia, temas estes que, segundo a concepção de direito adotada⁶, nem mesmo marginalmente compõem o objeto da ciência jurídica em sentido estrito ou, como se opta por nomear, da *dogmática jurídica*. Sustenta-se que ao jurista, adotando uma posição de

³ GROVES, Harold M. *Postwar taxation and economic progress*. New York: McGrall-Hill, 1946, p. 1. A utilização dos tributos com fins não arrecadatórios não é uma novidade do século XX. Não se pode, todavia, afastar que sua aplicação sistematizada é potencializada a partir do *crack* da bolsa de Nova Iorque, em vista das influências causadas pelo pensamento do economista inglês John Maynard Keynes. Cf. a versão brasileira de sua obra mais conhecida, originalmente publicada em 1936: KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Nova cultural, 1996. No mesmo sentido, cf. CORRÊA, Walter Barbosa. *Contribuição ao estudo da extrafiscalidade*. São Paulo (Tese de livre-docência), USP, 1964, p. 14-16.

⁴ Segundo Carsten Detken, “o fato de os países que se juntam à União Monetária Europeia perderem a política monetária como um instrumento discricionário de política é um argumento relevante para defender um maior papel estabilizador para a política fiscal” (tradução livre). No original: “The fact that countries joining the European Monetary Union loose monetary policy as a discretionary policy instrument, is a standard argument to advocate a larger stabilisation role for fiscal policy”. (DETKEN, Carsten. *Fiscal Policy Effectiveness and Neutrality Results in a Non-Ricardian World*. *European Central Bank Working Paper*. Frankfurt, n. 3, maio. 1999, p. 1-26 (1).

⁵ COLLET, Martin. *Droit fiscal*. 3ª. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 2012, p. 175.

⁶ Esse tema é tratado com profundidade no Capítulo IX desta tese. Neste ponto, interessa apenas esclarecer que o direito pode ser tomado pelo estudioso por meio de diversas perspectivas diferentes, sendo certo que a escolha da perspectiva pelo intérprete depende de sua pretensão, e não o contrário. Em outras palavras, independentemente da ideologia do intérprete, se este pretende defender mudanças no direito positivo, suas palavras naquele momento não podem ser encaradas como ciência do direito em sentido estrito (dogmática jurídica), mas como um exercício de política do direito. Se o intérprete pretende contribuir com a *decidibilidade de conflitos normativos*, terá de se basear no direito positivo, tomado este como premissa. A partir daí, terá condição de descrever o objeto eleito, quando, inclusive, em vista das relações de coordenação e subordinação entre os dispositivos, poderá sugerir que determinada norma foi editada em descompasso com uma outra norma que lhe dava fundamento de validade. Este enfoque deixa de fora, portanto, elementos que não tenham sido predicados por normas jurídicas, incluindo aqui considerações de ordem econômica que não poderão justificar a interpretação do direito positivo, a não ser que essa seja uma exigência do próprio direito.

descrição interpretativa de seu objeto⁷, não cabe investigar se o Estado deve intervir sobre o domínio econômico e social⁸. Ao revés, deverá perquirir se e em quais condições a Constituição autoriza tal prática, indicando suas limitações.

O problema inicialmente proposto, então, fundamenta-se na inquirição a respeito dos limites constitucionais à utilização dos tributos ou, de modo mais rigoroso, das normas tributárias como instrumentos de intervenção do Estado sobre o domínio econômico e social, na tentativa de estabelecimento de limites quanto ao emprego da extrafiscalidade no Brasil, passando pela problemática de se estabelecer em quais situações e até que ponto poderá o Poder Judiciário, sem invadir competência dos Poderes Executivo e Legislativo, extrair tais limites da Constituição e empregá-los para fins de afastamento de medidas normativas que estabelecem *políticas tributárias*.

Este trabalho, portanto, tem uma pretensão clara: descrever os limites constitucionais à utilização dos tributos como instrumentos de intervenção do Estado sobre o domínio econômico e social. Trata-se, então, de analisar os limites (implícitos ou explícitos) da *função extrafiscal* no ordenamento jurídico brasileiro⁹.

O histórico vácuo doutrinário sobre a temática vem sendo dissipado pela doutrina nos últimos anos com importantes contribuições que, rejeitando um estruturalismo puro, acabam por destacar em demasia a função extrafiscal de determinadas normas tributárias, retirando daí *justificativa* para sua, por vezes, inconstitucional instituição¹⁰.

Estes recentes estudos são, em verdade, reações a um paradigma teórico do direito tributário, baseado no estruturalismo, prevalente há muitos anos no Brasil, que terminava por afastar a função e a finalidade das normas tributárias como elementos relevantes para fins de interpretação, podendo-se extrair daí uma das explicações para o

⁷ Prefere-se o emprego da expressão *descrição interpretativa* com o objetivo de demonstrar que a atividade de interpretação, seja do cientista ou do aplicador do direito, apesar de criadora em certa medida, tem de guardar parâmetros de cognoscibilidade. Daí falar-se em descrição (cognoscível) interpretativa (criadora). Sobre o tema, cf. a seção 9.2.

⁸ Mesmo reconhecendo que a Constituição Federal trata as matérias em capítulos distintos, segregando a “ordem econômica” da “ordem social”, não há como diferenciá-las de modo criterioso. Uma intervenção no domínio econômico pode refletir, e muitas vezes o objetivo é justamente este, na questão social. Nesse sentido, cf. COMPARATO, Fábio Konder. Ordem econômica na Constituição brasileira de 1988. *Revista de direito público*. São Paulo, v. 93, jan./mar. 1990, p. 263-76 (263-264).

⁹ Apesar de focada no estudo dos limites à utilização da função extrafiscal em sentido estrito (função de indução de comportamentos humanos), a tese avalia de modo colateral os limites ao emprego da tributação nas demais funções extrafiscais (função simplificadora e função distributiva). Para a classificação das funções extrafiscais das normas tributárias adotada, cf. a seção 1.3.1.

¹⁰ Pretende-se ao longo deste trabalho, e no momento oportuno, oferecer resposta a cada uma dessas questões, de modo a compatibilizar a função extrafiscal dos tributos com a Constituição Federal, deixando assente que a função exercida pelo tributo, por mais nobre que pareça, não pode gerar menoscabo aos direitos e garantias fundamentais dos contribuintes.

que se poderia nomear de *reação funcionalista exagerada da doutrina*. Na tentativa de expor a insuficiência de um modelo estruturalista de análise do fenômeno normativo-tributário, a doutrina mais recente acaba por ceder à tentação de hipertrofiar a análise funcional dos tributos, alçando-os à condição de instrumento de atuação estatal em searas e situações que, em vista do seu próprio regime jurídico, não poderiam atuar. Razões sociais ou econômicas, ainda que sejam nobres e benquistas, não podem suplantar o Estado de Direito¹¹.

O que precisa ficar claro é que existem finalidades constitucionais que, mesmo corretamente tomadas pelo intérprete, não podem ser, constitucionalmente, alcançadas pela tributação. A conclusão, simples e direta, parece muitas vezes ignorada pela doutrina e pela jurisprudência, que parecem acreditar serem as normas tributárias extrafiscais o único e eficiente instrumento de condução dos comportamentos humanos quando, em verdade, além destas (que só podem funcionar por indução, através do modal deôntico “permitido”), o Estado pode lançar mão da própria regulação comportamental (empregando os modais deônticos “proibido” e “obrigatório”).

Para que o objetivo central seja alcançado, será necessária a abordagem de temas periféricos capazes de dar sustentabilidade às conclusões que serão obtidas.

Nessa linha, será empreendido, na primeira parte da tese, um estudo sobre a identificação da extrafiscalidade, respondendo-se, em dois capítulos sucessivos, às seguintes perguntas: (i) Por que identificar a extrafiscalidade?; e (ii) Como identificar a extrafiscalidade?

Pretende-se, portanto, realizar uma discussão acerca das razões pelas quais se propugna pela separação entre normas tributárias fiscais e normas tributárias extrafiscais, passando-se à exposição de um modelo teórico hábil à identificação destas últimas com base em elementos jurídicos capazes de fundamentar sua juridicidade perante o ordenamento.

Na segunda parte da pesquisa, são apresentados os chamados *fundamentos constitucionais da extrafiscalidade*, quando se pretende, em dois capítulos, apresentar (i) os fundamentos (e limites intrínsecos a estes) ofertados pelo texto constitucional para a

¹¹ Como alerta Tercio Sampaio Ferraz Júnior, “o grande drama do reconhecimento constitucional do Estado Democrático de Direito está no modo como as exigências do Estado Social se jurisfaçam nos contornos do Estado de Direito. E o princípio, ainda que abstrato e genérico, desta compatibilização só pode ser um único: impedir a todo custo que as chamadas ‘funções sociais do Estado’ se transformem em funções de dominação. É preciso, pois, ver no reconhecimento do Estado de Direito um claro repúdio à utilização desvirtuada de necessárias funções sociais...”. (FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. Congelamento de preços: tabelamentos oficiais. *Revista de direito público*. São Paulo, v. 91, jul./set. 1989, p. 76-86 (80).

atividade de intervenção do Estado sobre o domínio econômico; e (ii) os fundamentos de validade constitucional que podem legitimamente motivar a instituição de normas tributárias extrafiscais, discutindo-se uma redefinição para o conceito de *neutralidade tributária*. Aqui, portanto, a ideia é apresentar os elementos normativos constitucionais que permitem o manejo dos tributos com finalidades não fiscais, demonstrando, ainda, quais são os vetores que sustentam este tipo de tributação diferenciadora.

Após, abre-se uma terceira parte da tese, analisando propriamente as *limitações constitucionais ao emprego da extrafiscalidade*. Nesse momento, serão analisadas as limitações decorrentes das regras e dos princípios constitucionais tributários, passando pela análise da interpenetração entre competência tributária e competência reguladora, pelo conceito de tributo e pelas limitações ínsitas a cada uma das espécies tributárias, quando são revistas as regras e os princípios constitucionais que delimitam o sistema tributário no Brasil, contrapondo-os à função extrafiscal das normas tributárias para, diante disso, extrair uma modelagem jurídica a ser seguida pelo Estado quando do emprego dos tributos nesta seara.

Por fim, há uma última parte do trabalho, relacionada com o *controle* da extrafiscalidade pelo Poder Judiciário, em que serão analisadas as possibilidades e as formas de realização do referido controle.

Como se pretende demonstrar, existem particularidades da tributação extrafiscal que, efetivamente, não podem ser apreciadas pelo Poder Judiciário, sob pena de ofensa clara ao princípio da tripartição dos poderes, tomado como cláusula pétrea perante a Constituição Federal. É objetivo desta tese demonstrar que as críticas geralmente empreendidas pela doutrina ao STF quanto à sua inércia na análise da juridicidade da tributação extrafiscal não são de todo procedentes.

Será demonstrado que existem dois módulos de análise da tributação extrafiscal, sendo apenas um deles acessível pela ciência do direito em sentido estrito, e também pelo Poder Judiciário, havendo uma parcela que, efetivamente, compõe matéria de política tributária, que não deve ser objeto de julgamento judicial, mas, quando muito, de uma análise político-social.

Ao final, um alerta quanto aos pressupostos metodológicos acolhidos. Esta tese não está baseada em linha teórica específica construída por um determinado autor. Ao revés, sua construção é realizada a partir da Constituição Federal. A leitura e a utilização de doutrinas divergentes e contraditórias entre si, portanto, não a desautorizam. A ideia é centrada na possibilidade de que, a partir de pensamentos que, em certos pontos, são

contraditórios, possam eclodir conclusões coerentes. Roga-se, portanto, que não sejam lançadas críticas *a priori* pela citação de autores discordantes em determinados pontos. Essa crítica é vazia e não se sustenta por si só. A crítica verdadeira, e que certamente existirá, deverá ser outorgada às conclusões e fundamentos de sustentação do texto, e não a partir de conclusões de autores que, apesar de citados, não são integralmente endossados pela tese, a não ser na específica parte do seu pensamento indicado no texto.

QUINTA PARTE – CONCLUSÕES

Esta tese gira em torno da ideia de que as finalidades das normas tributárias são relevantes para fins de correta interpretação do direito posto.

Para tanto, partiu-se da demonstração de que a Constituição Federal, claramente, indica que as normas tributárias podem estar direcionadas à consecução de finalidades arrecadatórias via distribuição igualitária de encargos ou voltadas a outras finalidades, também tomadas como relevantes pelo ordenamento jurídico.

O reconhecimento dessas finalidades, ao contrário do que pode parecer em um primeiro momento, não flexibiliza ou desestabiliza a conformação dos direitos e garantias do contribuinte, mas os potencializa.

Ao renegar o elemento *função*, a ciência se furta a emitir juízos sérios e seguros sobre inegáveis papéis exercíveis pela norma tributária, deixando a questão sem fundamentação científica. Tomada a ciência do direito em sentido estrito como uma *tecnologia* que contribui para a *decidibilidade de conflitos normativos*, os danos causados pelo vácuo de discussão são enormes.

A ciência do direito tributário no Brasil, notadamente em vista de uma necessária reação a sincretismos financistas, foi tradicionalmente desenvolvida por meio de uma análise estrutural do direito. As perguntas eram direcionadas no sentido de obter respostas acerca do que é o tributo, e não sobre para que serve o tributo. Passados alguns anos desta reação, é possível hoje admitir que este caminho teórico só foi possível em virtude de uma estratégia metodológica sagaz: a prorrogação da análise funcional das normas tributárias no âmbito das ciências do direito econômico e do direito financeiro.

Essa estratégia, útil no passado, não pode ser mantida em face do atual texto da Constituição Federal. Exige-se uma análise das funções das normas jurídicas e, por isso, das funções das normas tributárias. Centra-se nas finalidades, sem deixar de lado a estrutura. Eis aí o grande desafio: verificar como as *estruturas* normativas tributárias se comportam (ou devem se comportar) quando modalizadas na *função* de estimular ou desestimular comportamentos humanos deslocados da atividade de levar dinheiro aos cofres públicos, sem que, para tanto, seja realizada interpretação que desnatura a estrutura das normas tributárias em vista de suas funções.

A partir, portanto, do reconhecimento de funções diferentes que podem vir a ser exercidas pelas normas tributárias, estabelecem-se, a partir do texto constitucional, pontos de controle mais adequados.

Os pontos de controle, tomados nesta tese como *limites*, são dados, com algumas atenuações, pelo próprio regime jurídico tributário. O emprego da normas tributárias passa, então, por filtros sucessivos como (i) os limites previstos pela própria ordem constitucional econômica; (ii) as limitações constitucionais ao poder de tributar; (iii) o conceito constitucional de tributo; e (iv) os limites ínsitos de cada uma das espécies tributárias. Todas essas questões são passíveis de apreciação pelo Poder Judiciário, sem que se possa falar, neste sentido, em adoção de ato discricionário pelo Poder Executivo ou pelo Poder Legislativo. Havendo, todavia, análise destes limites e aprovação ao teste de compatibilidade, não poderá o Poder Judiciário intervir nos comandos da vida econômica do país, função que não lhe cabe por determinação constitucional.

Inserida num contexto dogmático, esta tese tentou descrever interpretativamente modelos para a identificação das normas tributárias extrafiscais, avaliando suas fundamentações constitucionais, seus limites e a forma de controle daquelas pelo Poder Judiciário. Ao final do discurso é possível enunciar as seguintes conclusões, que devem ser entendidas como uma tentativa de contribuir para a tomada de *decisão* acerca dos conflitos normativos surgidos da utilização de normas tributárias extrafiscais:

1. A partir do reconhecimento das novas funções do Estado, inclusive via previsão pela Constituição Federal de *fins* a serem alcançados, as normas tributárias têm de ser analisadas sob um enfoque funcional.

2. As funções das normas tributárias devem ser postas em destaque para que se realize uma correta interpretação do direito posto, notadamente quanto às limitações constitucionais ao poder de tributar, aplicadas de modo diferenciado em face das diferentes funções que venham a ser exercidas pelas normas tributárias.

3. Para o correto entendimento da questão, o primeiro passo é a identificação das normas tributárias. Esta não pode ser empreendida mediante critérios desvinculados da finalidade normativa. Critérios baseados na intenção subjetiva do legislador, na comparação da tributação incidente entre situações equivalentes, no respeito à capacidade contributiva, na afetação ou não dos recursos arrecadados e nos efeitos concretamente identificados das normas jurídicas se mostram insuficientes, impondo a realização da identificação destas normas por meio de um processo de interpretação da finalidade normativa.

4. Os efeitos, caso demonstráveis e passíveis de ser vinculados às normas tributárias, podem ser utilizados como indícios pelo intérprete, mas não como critério relevante de identificação das normas tributárias extrafiscais.

5. A identificação das normas tributárias extrafiscais, portanto, parte da constatação de um tratamento discriminatório (não vinculado a critérios gerais de discriminação prescritos pela Constituição Federal, como capacidade contributiva nos impostos; equivalência nas taxas e contribuições de melhoria; e repartição de encargos em vista de finalidades nas contribuições) e da presença, identificada interpretativamente, de uma finalidade a ser alcançada pela norma tributária, diversa da simples distribuição igualitária de encargos.

6. Os fundamentos para o emprego de normas tributárias extrafiscais devem ser buscados nos fins e objetivos prescritos pela Constituição Federal. Fins não homologados pela sistema constitucional não podem servir de justificativa para a instituição de normas tributárias extrafiscais.

7. Caso manejadas as normas tributárias como instrumento de indução comportamental no âmbito da ordem econômica, *i.e.*, no sentido de serem normas voltadas a finalidades extrafiscais, estas terão de se sujeitar ao regime próprio estabelecido pela Constituição Federal quanto à intervenção do Estado no domínio econômico.

8. Reconhece-se, assim, que a Constituição Federal prevê a possibilidade de manejo de normas tributárias extrafiscais no bojo de um intervencionismo programado. Isso quer dizer que as normas tributárias, como instrumentos de intervenção, não podem menoscabar a livre-iniciativa dos contribuintes.

9. Ainda que não se possa falar no reconhecimento constitucional de uma *neutralidade econômica*, é possível requalificar o termo, definindo-o como uma regra jurídica que impede o manejo de normas tributárias extrafiscais sem fundamento em finalidades constitucionalmente homologadas, de modo que, fora da função extrafiscal, as normas tributárias têm de tratar os contribuintes de modo igualitário, no sentido de atenção aos critérios gerais de discriminação previstos pelo próprio texto constitucional.

10. As limitações constitucionais ao poder de tributar funcionam como importante filtro de regularidade das normas tributárias extrafiscais. Em sendo normas tributárias, estas se sujeitam, como quaisquer outras, ao regime jurídico próprio tributário.

11. Em assim sendo, de modo geral, as limitações constitucionais ao poder de tributar prescritas por regras não sofrem flexibilização alguma diante do emprego de normas tributárias extrafiscais, a não ser quando estas ou outras regras criam cláusulas de

exceção. Trata-se de normas que, em vista de um modelo de classificação baseado no modo final de aplicação, encerram consequências definitivas.

12. Assim, a regra da legalidade deve ser integralmente aplicada às normas tributárias extrafiscais, mormente no que se refere aos seus desdobramentos em matéria tributária: *legalidade estrita e tipicidade*. A Constituição não tolera em matéria tributária o emprego de tipos e conceitos indeterminados ou cláusulas gerais, não residindo na função extrafiscal fundamento de desestabilização desta conclusão.

13. As chamadas *exceções* à regra da legalidade previstas pela Constituição Federal não podem ser ampliadas com base em razões suportadas pela função extrafiscal dos tributos. Além dos chamados *impostos regulatórios*, nenhum outro tributo pode se sujeitar à permissão de alterabilidade de alíquotas por ato do Poder Executivo.

14. A alterabilidade das alíquotas dos impostos regulatórios por ato do Poder Executivo só pode ser empreendida nos limites e condições estabelecidos em lei; esta, no entanto, não pode indicar tais critérios livremente. As *condições* a que faz referência a Constituição Federal devem, necessariamente, referir-se ao emprego de finalidades extrafiscais. Por isso, estes impostos até podem ser manejados com fins meramente fiscais, mas, neste caso, deverão ter suas alíquotas fixadas em lei.

15. A regra da irretroatividade impede que fatos geradores já realizados sejam alcançados por uma tributação instituída por lei editada em data posterior. No campo da edição das normas tributárias extrafiscais, a premissa se mantém, adicionando-se, ainda, a ideia de que as normas tributárias extrafiscais precisam ser *adequadas*. Essa característica amplia o âmbito de proteção do contribuinte, que não deve se submeter a um tratamento diferenciado (próprio das normas tributárias extrafiscais) se a indução pretendida não pode ser realizada.

16. A regra da anterioridade não pode sofrer mitigações com relação às normas tributárias extrafiscais, salvo as exceções já previstas originalmente pelo texto constitucional. Por ter sido prevista mediante emenda constitucional, a chamada anterioridade nonagesimal pode ser alterada, com a inclusão de novas exceções.

17. A proibição constitucional à utilização de tributo com efeito de confisco aplica-se perfeitamente às normas tributárias extrafiscais, não havendo que se falar em flexibilizações de qualquer ordem.

18. No que se refere ao princípio da igualdade, este só pode ser aplicado a partir do reconhecimento dos fins das normas tributárias. Quando modalizados para o

alcance de finalidades fiscais, os critérios de discriminação já são sugeridos pela própria Constituição de modo explícito, sobrando pouco espaço para o intérprete.

19. Quando se trata de sua aplicação às normas tributárias extrafiscais, o critério dependerá dos fins a serem alcançados, devendo guardar relação com estes.

20. A competência reguladora conforma a competência tributária no que se refere à edição de normas tributárias extrafiscais. Os *efeitos oblíquos* das normas tributárias fiscais não podem ser proibidos pela ausência de competência reguladora.

21. O conceito constitucional de tributo apresenta-se como um dos limites ao emprego de normas tributárias extrafiscais, que não pode descaracterizar o tributo em suas notas essenciais.

22. Cada uma das espécies tributárias possui limites ínsitos à edição de normas tributárias extrafiscais. Enquanto os impostos e as contribuições têm perfil constitucional próprio para a intervenção do Estado sobre o domínio econômico, as taxas, as contribuições de melhoria e os empréstimos compulsórios possuem largos limites à sua utilização.

23. É possível a controlabilidade das normas tributárias pelo Poder Judiciário. Para tanto, o julgador poderá verificar se a norma tributária se enquadra em cada um dos limites traçados anteriormente. Constatado algum descompasso, o julgador poderá declarar a inconstitucionalidade da medida.

24. Como instrumento de controlabilidade das normas tributárias extrafiscais, sobressai a regra da proporcionalidade, impondo que estas, além de amparadas em finalidade constitucionalmente prevista, sejam (i) adequadas, no sentido de terem potencial para a promoção do fim para o qual foram instituídas; (ii) necessárias, no sentido de não existir nenhum outro fim que manifestamente possa ser apresentado como igualmente adequado e menos restritivo à direitos fundamentais dos contribuintes; e (iii) proporcionais em sentido estrito, quando os princípios constitucionais que serviram de fundamento para a sua instituição serão contrapostos a outros princípios jurídicos, elegendo-se, de acordo com o caso concreto, aquele que deve ostentar maior peso.

25. Ultrapassados os limites normativos, não cabe ao Poder Judiciário tomar a posição dos formuladores de políticas públicas, papel que, em um regime democrático de direito pautado na tripartição dos poderes, deve continuar reservado ao chefe do Executivo e ao parlamento.

BIBLIOGRAFIA CITADA

ABBUD, André de Albuquerque Cavalcanti. O problema da vinculação à lei na interpretação jurídica. *Revista Direito GV* 4, São Paulo, v. 2, n° 2, jul./dez. 2006, p. 31-44.

AFONSO, José Roberto Rodrigues. *Keynes, crise e política fiscal*. São Paulo: Saraiva, 2012.

ALABERN, Juan Enrique Varona. *Extrafiscalidad y dogmática tributaria*. Madrid: Marcial Pons, 2009.

ALEXY, Robert. *Teoria dos direitos fundamentais*. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008.

AMARO, Luciano. Conceito e classificação dos tributos. *Revista de direito tributário*, São Paulo, v. 55, jan./mar. 1991, p. 239-296.

_____. *Direito tributário brasileiro*. 17ª ed., São Paulo: Saraiva, 2011.

ANDRADE, Eduardo de Carvalho. Externalidades. In: BIDERMAN, Ciro e ARVANTE, Paulo (org.). *Economia do setor público no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 155-172.

ANDRADE, José Maria Arruda de. *Economização do direito concorrencial e positivismo jurídico: entre teoria da decisão e teoria das provas*. São Paulo (Tese de livre-docência), USP, 2012.

ATALIBA, Geraldo. *Apontamentos de ciência das finanças, direito financeiro e tributário*. São Paulo: RT, 1969.

_____. *Hipótese de incidência tributária*. 6ª ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

_____. IPTU: progressividade. *Revista de direito tributário*. São Paulo, v. 56, abr. / jun. 1991, p. 75-83.

_____. *República e Constituição*. 2ª ed., São Paulo: Malheiros, 2007.

_____. Revisão constitucional. *Revista de informação legislativa*. Brasília, ano 28, n. 110, abr. / jun. 1991, p. 87-90.

ÁVILA, Humberto. *Segurança jurídica: entre permanência, mudança e realização no direito tributário*. 2ª ed., São Paulo: Malheiros, 2012.

_____. *Sistema constitucional tributário*. 5ª ed., São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. *Teoria da igualdade tributária*. São Paulo: Malheiros, 2008.

_____. *Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos*. 11ª ed., São Paulo: Malheiros, 2010.

BADIN, Arthur Sanchez. *Controle judicial das políticas públicas: contribuição ao estudo do tema da judicialização da política pela abordagem da análise institucional comparada de Neil K. Komesar*. São Paulo: Malheiros, 2013.

BALEEIRO, Aliomar. *Direito tributário brasileiro*. 12ª ed., Atualizada por Misabel de Abreu Machado Derzi, Rio de Janeiro: Forense, 2013.

_____. *Limitações constitucionais ao poder de tributar*. 2ª ed., Rio de Janeiro: 1960.

_____. *Uma introdução à ciência das finanças*. 16ª ed., Atualizada por Dejalma de Campos. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de direito administrativo*. 17ª ed., São Paulo: Malheiros, 2004.

_____. *Discrecionalidade e controle jurisdicional*. 2ª ed., 11ª tiragem, São Paulo: Malheiros, 2012.

_____. *O conteúdo jurídico do princípio da igualdade*. 3ª ed., São Paulo: Malheiros, 2005.

BARRETO, Aires F. Aplicação do princípio da progressividade. In: *Justiça tributária: I Congresso Internacional de direito tributário*, São Paulo, 1998.

_____. *Base de cálculo, alíquota e princípios constitucionais*. 2ª ed., São Paulo: Max Limonad, 1998.

BARRETO, Paulo Ayres. *Contribuições: regime jurídico, destinação e controle*. São Paulo: Noeses, 2006.

_____. *Elisão tributária: limites normativos*. São Paulo (Tese de livre-docência), USP, 2008.

_____. *Imposto sobre a renda e preços de transferências*. São Paulo: Dialética, 2001.

_____. Tributação dos resultados auferidos no exterior. In: BARRETO, Aires Fernandino. *Direito tributário contemporâneo: estudos em homenagem a Geraldo Ataliba*. São Paulo: Malheiros, 2011, p. 561-581.

BARROSO, Luís Roberto. A ordem econômica constitucional e os limites à atuação estatal no controle de preços. *Revista dos tribunais*. São Paulo, 2002, v. 795, p. 55-76.

BARZOTTO, Luis Fernando. Razão de lei: contribuição a uma teoria do princípio da legalidade. *Revista Direito GV* 6, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 219-260, jul. – dez. 2007.

BECKER, Alfredo Augusto. *Teoria geral do direito tributário*. 3ª ed. São Paulo: Lejus, 2002.

BERTRAN, Maria Paula. *Análise econômica como critério orientador de decisão judicial: aplicações e limites*. Estudo a partir do caso de revisão dos contratos de arrendamento mercantil com paridade cambial. São Paulo (Dissertação de Mestrado), USP, 2006.

BOBBIO, Norberto. A função promocional do direito. In: _____. *Da estrutura à função: novos estudos de teoria do direito*. Barueri: Manole, 2007, p. 1-21.

_____. Em direção a uma teoria funcionalista do direito. In: _____. *Da estrutura à função: novos estudos de teoria do direito*. Barueri: Manole, 2007, p. 53-79.

_____. *Liberalismo e democracia*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 3ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. *O positivismo jurídico: Lições de filosofia do direito*. Tradução de Márcio Pugliesi, Edson Bini e Carlos E. Rodrigues. São Paulo: Ícone, 1995.

BOMFIM, Diego. Cide–Tecnologia: análise das alterações promovidas pela Lei nº 11.452/07. *Revista dialética de direito tributário*, São Paulo, v. 155, ago. 2008, p. 26-34.

_____. Crítica à análise macrológica do direito concorrencial econômico e sua influência na interpretação do direito tributário. *Revista de direito tributário*. São Paulo, v. 109-110, jan. 2010, p. 233-241.

_____. Reconsiderações sobre a neutralidade tributário. *Revista dialética de direito tributário*. São Paulo, v. 197, fev. 2012, p. 245-264.

_____. *Tributação e livre concorrência*. São Paulo: Saraiva, 2011.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de direito constitucional*. 25ª. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

BORGES, José Souto Maior. O princípio da segurança jurídica na criação e a aplicação do tributo. *Revista dialética de direito tributário*, São Paulo, v. 22, p. 24-29 (28), jul. 1997.

_____. *Obrigação tributária: uma introdução metodológica*. 2ª ed., São Paulo: Malheiros, 1999.

_____. *Teoria geral da isenção tributária*. 3ª ed., São Paulo: Malheiros, 2011.

BOTTALLO, Eduardo Domingos. Contribuições de intervenção no domínio econômico. In: ROCHA, Valdir de Oliveira (coord.). *Grandes questões atuais do direito tributário*. São Paulo: Dialética, 2003, v. 7, p. 75-83.

BOUVIER, Michel; ESCLASSEN, Marie-Christine e LASSALE, Jean-Pierre. *Finances publiques*. 10ª ed., Paris: LGDJ, 2010.

BOUVIER, Michel. *Introduction au droit fiscal général et à la théorie de l'impôt*. 11ª ed., Paris: LGDJ, 2012.

BRUE, Stanley L. *História do pensamento econômico*. Tradução de Luciana Penteado Miquelino. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

BUNTE, Hermann-Josef. La tutela della libertà di concorrenza in Germania. *Costituzione economica e libertà di concorrenza*. MEZZETI, Luca (org.). Torino: G. Giappichelli, 1994, p. 3-34.

CALIENDO, Paulo. *Direito tributário e análise econômica do direito*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

_____. Princípio da neutralidade fiscal: conceito e aplicação. In: PIRES, Adilson Rodrigues; TORRES, Heleno Taveira. (org.). *Princípios de direito financeiro e tributário*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 503-540.

CAMPILONGO, Celso Fernandes. A crise da representação política e a “judicialização da política”. In: _____. *O direito na sociedade complexa*. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 71-74.

_____. Os tribunais e o sistema jurídico. In: _____. *Direito e diferenciação social*. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. *Política, sistema jurídico e decisão judicial*. São Paulo: Max Limonad, 2002.

_____. Tributos, liminares e concorrência. *Valor Econômico*. São Paulo, 23 fev. 2006, Legislação e tributos, p. E2.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito constitucional e teoria da constituição*. 7ª ed., Coimbra: Almedina, 2003.

CARRAZZA, Roque Antonio; e BOTTALLO, Eduardo. Alcance das vantagens fiscais concedidas com fundamento no princípio da seletividade do IPI. In: ROCHA, Valdir de Oliveira. *Grandes questões atuais do direito tributário*. São Paulo: Dialética, 1999, v. 3, p. 267-283.

_____. *Curso de direito constitucional tributário*. 29ª ed., São Paulo: Malheiros, 2013.

_____. *ICMS*. 13ª ed., São Paulo: Malheiros, 2009.

_____. *O regulamento no direito tributário brasileiro*. São Paulo: RT, 1981.

CARRIÓ, Genaro R. *Principios juridicos y positivismo juridico*. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1971.

CARVALHO, André Castro; e JUNKERT, Frederico Gonçalves. Ilusões das vinculações de receitas e das despesas mínimas obrigatórias na efetivação dos direitos fundamentais. *Revista tributária das Américas*. São Paulo, v. 4, jul.- dez. 2011, p. 211-230.

CARVALHO, Cristiano. *Teoria da decisão tributária*. São Paulo: Saraiva, 2012.

CARVALHO, Osvaldo Santos de. *Não cumulatividade do ICMS e princípio da neutralidade tributária*. São Paulo: Saraiva, 2013.

CARVALHO, Paulo de Barros. *Curso de direito tributário*. 25ª ed., São Paulo: Saraiva, 2013.

_____. *Direito tributário: fundamentos jurídicos da incidência tributária*. São Paulo: Saraiva, 2004.

_____. O direito positivo como sistema homogêneo de enunciados deônticos. *Revista de direito tributário*, São Paulo, v. 45, jul. / set. 1988, p. 32-36.

_____. O princípio da segurança jurídica em matéria tributária. *Revista de direito tributário*, São Paulo, v. 61, s.d., p. 74-90 (86-87).

_____. Prefácio. In: ÁVILA, Humberto. *Teoria da igualdade tributária*. São Paulo: Malheiros, 2008, p. 9-12.

CARVALHOSA, Modesto. A ordem econômica na Constituição de 1969. In: *Direito econômico: obras completas*. São Paulo: RT, 2013.

CAVALCANTE, Denise Lucena. Tributação ambiental: por uma remodelação ecológica dos tributos. *Nomos: Revista do Programa de Pós-Graduação da UFC*. Fortaleza, v. 32, jul. Dez. 2012, p. 101-115.

CERQUEIRA, Luiz Alberto; e OLIVA, Alberto. *Introdução à lógica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. *Curso de direito tributário brasileiro*. 12ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2012.

_____. Direito de aproveitamento integral de créditos de ICMS nas operações beneficiadas com base de cálculo reduzida. *Revista dialética de direito tributário*, São Paulo, v. 149, fev. 2008, p. 87-107.

_____. Tributação indireta e regressividade. In: MACHADO, Hugo de Brito (coord.). *Tributação indireta no direito brasileiro*. São Paulo: Malheiros, 2013, p. 396-400.

COLLET, Martin. *Droit fiscal*. 3ª ed., Paris: Presses Universitaires de France, 2012.

COMPARATO, Fábio Konder. Ordem econômica na Constituição brasileira de 1988. *Revista de direito público*. São Paulo, v. 93, jan./mar. 1990, p. 263-276.

CONTI, José Maurício. *Princípios tributários da capacidade contributiva e da progressividade*. São Paulo: Dialética, 1996.

CORRÊA, Walter Barbosa. *Contribuição ao estudo da extrafiscalidade*. São Paulo (Tese de livre-docência), USP, 1964, p. 14-16.

CORREIA NETO, Celso de Barros. *O avesso do tributo: incentivos e renúncias fiscais no direito brasileiro*. Tese (Doutorado), São Paulo: Universidade de São Paulo – USP, 2012, p. 186-228.

COSTA, Alcides Jorge. Algumas idéias sobre uma reforma do sistema tributário brasileiro. *Direito tributário atual*. NOGUEIRA, Ruy Barbosa (coord.), v. 7/8, São Paulo: IBDT/Resenha tributária, 1987/88, p. 1.733-1.770.

_____. Prefácio. In: SCHOUERI, Luís Eduardo. *Normas tributárias indutoras e intervenção econômica*. Rio de Janeiro, Forense, 2005, p. X.

COSTA, Regina Helena. *Princípio da capacidade contributiva*. 4ª ed., São Paulo: Malheiros, 2012.

COUTO E SILVA, Almiro do. O Princípio da Segurança Jurídica (Proteção à Confiança) no Direito Público Brasileiro e o Direito da Administração Pública de Anular seus Próprios Atos Administrativos: o prazo decadencial do art. 54 da lei do processo administrativo da União (Lei nº 9.784/99). *Revista Eletrônica de Direito do Estado*, Salvador, Instituto de Direito Público da Bahia, nº 2, abr./jun. 2005, p. 1-47.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de teoria geral do estado*. São Paulo: Saraiva, 1979.

_____. Estado de direito e cidadania. In: GRAU, Eros Roberto; GUERRA FILHO, Willis Santiago (Org.). *Direito constitucional: estudos em homenagem a Paulo Bonavides*. São Paulo: Malheiros, 2003, p. 194-200.

DEODATO, Alberto. *As funções extra-fiscais do impôsto*. Belo Horizonte (Tese para o concurso de Professor Catedrático de Ciência das Finanças), UFMG, 1949.

DERZI, Misabel Abreu Machado. Não-cumulatividade, neutralidade, PIS e COFINS e a Emenda Constitucional nº 42/03. In: ROCHA, Valdir de Oliveira (coord.). *Grandes questões atuais do direito tributário*. São Paulo: Dialética, 2004, v. 8, p. 339-355.

_____. *Direito tributário, direito penal e tipo*. São Paulo: RT, 1988.

_____. *Modificações da jurisprudência no direito tributário*. São Paulo: Noeses, 2009.

_____. Notas de atualização In: BALEEIRO, Aliomar. *Direito tributário brasileiro*. 12ª ed., atualizada por Misabel de Abreu Machado Derzi, Rio de Janeiro: Forense, 2013.

_____. O princípio da igualdade e o direito tributário. *Revista da Faculdade de Direito Milton Campos*, v. 1, n. 1, 1994, p. 185-222.

DETKEN, Carsten. Fiscal Policy Effectiveness and Neutrality Results in a Non-Ricardian World. *European Central Bank Working Paper*. Frankfurt, n. 3, p. 1-26 (1), maio, 1999.

DIMOULIS, Dimitri. *Positivismo jurídico: introdução a uma teoria do direito e defesa do pragmatismo jurídico-político*. São Paulo: Método, 2006.

DÓRIA, Antônio Roberto Sampaio. *Direito constitucional tributário e “due process of law”*: ensaio sobre o controle judicial da razoabilidade das leis. 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1986.

DUTOIT, Bernard. O direito da concorrência desleal e a relação de concorrência; dupla indissociável? Uma perspectiva comparativa. *Revista dos tribunais*. 1995, v. 717, p. 7-18.

DWORKIN, Ronald M. The model of rules. *The University of Chicago Law Review*. vol. 35, n. 1, 1967, p. 14-46.

_____. *Levando os direitos a sério*. Tradução de Nelson Boeira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ECHAVE, Delia Teresa; URQUIJO, María Eugenia; e GUIBOURG, Ricardo. A. *Lógica, proposición y norma*. 4ª reimpresión. Buenos Aires: Astrea, 1995.

ELALI, André. Algumas considerações sobre neutralidade e não-discriminação em matéria de tributação. *Revista tributária e de finanças públicas*. São Paulo, v. 17, n. 85, p. 26-40, mar./abr. 2009.

ENGISCH, Karl. *Introdução ao pensamento jurídico*. 10ª ed., Tradução de J. Baptista Machado. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

FALCÃO, Raimundo Bezerra. *Hermenêutica*. São Paulo: Malheiros, 2004.

_____. *Tributação e mudança social*. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

FARIA, José Eduardo. Poucas certezas e muitas dúvidas: o direito depois da crise financeira. *Revista Direito GV*, n. 10, São Paulo, jul./dez. 2010, p. 297-324.

FARIA, Luiz Alberto Gurgel de. *A extrafiscalidade e a concretização do princípio da redução das desigualdades regionais*. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. A intervenção do Estado no domínio econômico e os chamados incentivos fiscais. In: _____. *Direito constitucional: liberdade de fumar, privacidade, estado, direitos humanos e outros temas*. cit., p. 308-320.

_____. Congelamento de preços – tabelamentos oficiais. *Revista de direito público*. São Paulo, 1989, v. 91, p. 76-86.

_____. *Função social da dogmática jurídica*. São Paulo: RT, 1980.

_____. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 6ª ed., São Paulo: Atlas, 2011.

_____. Obrigação tributária acessória e limites de imposição: razoabilidade e neutralidade concorrencial do Estado. In: TORRES, Heleno (coord.). *Teoria geral da obrigação tributária – estudos em homenagem ao Professor José Souto Maior Borges*. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 264-280.

_____. *Teoria da norma jurídica: ensaio de pragmática da comunicação normativa*. 4ª ed., Rio de Janeiro, 2006.

FERRAZ, Roberto. A igualdade na lei e o Supremo Tribunal Federal. *Revista dialética de direito tributário*, São Paulo, v. 116, maio 2005, p. 119-128.

_____. Intervenção do Estado na economia por meio da tributação: a necessária motivação dos textos legais. *Direito tributário atual*, São Paulo, v. 20, 2006, p. 238-252.

FORGIONI, Paula A. *Os fundamentos do antitruste*. 3ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalism and freedom*. Chicago: The University of Chicago Press, 1962.

GAMA, Tácio Lacerda. *Contribuição de intervenção no domínio econômico*. São Paulo: Quartier Latin, 2003.

GARCIA, Maria Glória F. P. D., Princípio da igualdade: fórmula vazia ou fórmula “carregada” de sentido. In: _____. *Estudos sobre o princípio da igualdade*. Coimbra: Almedina, p. 29-73.

GODOI, Marciano Seabra de. A alíquota agravada da contribuição social sobre o lucro das instituições financeiras (art. 17 da Lei 11.727/2008). In: ROCHA, Valdir de Oliveira (coord.). *Grandes questões atuais do direito tributário*. São Paulo: Dialética, 2008, p. 387-401.

_____. *Crítica à jurisprudência atual do STF em matéria tributária*. São Paulo: Dialética, 2011.

_____. Extrafiscalidad y sus límites constitucionales. *Revista internacional de direito tributário*. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 219-262, jan./jun. 2004.

_____. *Justiça, igualdade e direito tributário*. São Paulo: Dialética, 1999.

GONÇALVES, José Artur Lima. *Isonomia na norma tributária*. São Paulo: Malheiros, 1993.

GONZÁLEZ, Luis Manuel Alonso. *Los impuestos autonomicos de caracter extrafiscal*. Madrid: Marcial Pons, 1995.

GRAU, Eros Roberto. *A ordem econômica na Constituição de 1988*. 12ª ed., São Paulo: Malheiros, 2007.

_____. *Por que tenho medo dos juízes: a interpretação/aplicação do direito e os princípios*. 6ª ed., São Paulo: Malheiros, 2013.

GRECO, Marco Aurelio. Contribuição de intervenção no domínio econômico: parâmetros para sua criação. In: _____. (coord.). *Contribuições de intervenção no domínio econômico e figuras afins*. São Paulo: Dialética, 2001, p. 11-31.

_____. *Contribuições: uma figura “sui generis”*. São Paulo: Dialética, 2000.

_____. *Dinâmica da tributação e procedimento*. São Paulo: RT, 1979.

GRIZIOTTI, Benvenuto. *Principios de ciencia de las finanzas*. Tradução de Dino Jarach. Buenos Aires: Depalma, 1959.

GROVES, Harold M. *Postwar taxation and economic progress*. New York: McGrall-Hill, 1946.

GUASTINI, Riccardo. *Das fontes às normas*. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

GUIBOURG, Ricardo A. Igualdad y discriminación. *Doxa*, v. 19, 1996, p. 87-90.

_____.; GHIGLIANI, Alejandro e GUARINONI, Ricardo. *Introducción al conocimiento científico*. Buenos Aires: Eudeba, 1985.

HART, Herbert. L. A. *O conceito de direito*. 3ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

HAYEK, Friedrich A. *The constitution of liberty*. Chicago: University of Chicago, 1960.

HECKLY, Christophe. *Fiscalité et mondialisation*. Paris: LGDJ, 2006.

HERRERA MOLINA, Pedro M. *Derecho tributario ambiental: la introducción del interés ambiental en el ordenamiento tributário*. Madrid: Marcial Pons, 2000.

HORVATH, Estevão. *O princípio do não confisco no direito tributário*. São Paulo: Dialética, 2002.

HUSTER, Stefan. *Rechte und Ziele. Zur dogmatic des allgemeinen gleichheitssatzes*. Berlin: Dunker und Humblt, 1993 *apud* VELLOSO, Andrei Pitten. *O princípio da isonomia tributária: da teoria da igualdade ao controle das desigualdades impositivas*. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2010, p. 77.

KAHN, Douglas A. The two faces of tax neutrality: do they interact or are they mutually exclusive? *Northern Kentucky Law Review*, v. 18, 1990, p. 1-19.

KAHNEMAN, Daniel; TVERSKY, Amos. Prospect Theory: an analysis of decision under risk. *Econometrica*. 47(2), pp. 263-291, mar. 1979

KELSEN, Hans. *Teoria geral do direito e do Estado*. Tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. *Teoria pura do direito*. Tradução de João Baptista Machado. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

KIRCHHOF, Paul. Rückwirkung von Steuergesetzen. *Steuer und Wirtschaft*, 2000, p. 221-231 (226) *apud* ÁVILA, Humberto. *Segurança jurídica: entre permanência, mudança e realização no direito tributário*. 2ª ed., São Paulo: Malheiros, 2012, p. 394.

KON, Anita. Pleno emprego no Brasil: interpretando os conceitos e indicadores. *Revista Economia e Tecnologia*. Curitiba, v. 8, nº 2, abr./ jun. 2012, p. 5-22.

KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. *Introdução à economia*. Tradução de Helga Hoffman. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

LEHNER, Moris. Consideração econômica e tributação conforme a capacidade contributiva: sobre a possibilidade de uma interpretação teleológica de normas com finalidades arrecadatórias. In: SCHOUERI, Luís Eduardo; e ZILVETI, Fernando Aurelio. (coord.). *Direito tributário: estudos em homenagem a Brandão Machado*. São Paulo: Dialética, 1998, p. 143-154.

_____. O impacto da neutralidade fiscal na crise financeira global. In: *Constituição, Economia e Desenvolvimento: Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional*. Curitiba, 2011, n. 4, Jan.-Jun. p. 190-207.

MACCORMICK, Neil. *Argumentação jurídica e teoria do direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. A EC 33/2001, o ICMS incidente sobre combustíveis e os convênios interestaduais. In: ROCHA, Valdir de Oliveira (coord.). *O ICMS e a EC 33*. São Paulo: Dialética, 2002, p. 93-107.

_____. *Contribuições e federalismo*. São Paulo: Dialética, 2005.

_____. Requisitos para a instituição das contribuições de intervenção no domínio econômico. In: ROCHA, Valdir de Oliveira (coord.). *Grandes questões atuais do direito tributário*. São Paulo: Dialética, 2001, v. 5, p. 165-179.

MACHADO, Hugo de Brito. A progressividade do IPTU e a EC 29. *Revista dialética de direito tributário*, São Paulo, v. 81, jun. 2002, p. 56-61.

_____. *Curso de direito constitucional tributário*. São Paulo: Malheiros, 2012.

_____. *Curso de direito tributário*. 34ª ed., São Paulo: Malheiros, 2013.

_____. Inconstitucionalidade do aumento do IOF com desvio de finalidade. *Revista dialética de direito tributário*. São Paulo, v. 154, jul. 2008, p. 51-60.

_____. IPTU. Ausência de progressividade. Distinção entre progressividade e seletividade. *Revista dialética de direito tributário*, São Paulo, v. 31, abr. 1998, p. 82-91.

_____. *Os princípios jurídicos da tributação na Constituição de 1988*. 3ª ed., São Paulo: RT, 1994.

MANKIW, N. Gregory. *Introdução à economia*. Tradução de Allan Vidigal Hastings. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

_____. Smart taxes: an open invitation to join the Pigou Club. *Eastern Economic Journal*, 2009, 35, p. 14-23.

MARINHO, Rodrigo César de Oliveira. *Intervenção sobre o domínio econômico: a contribuição e seu perfil constitucional*. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. Breves comentários sobre a capacidade contributiva. *Revista dialética de direito tributário*, São Paulo, v. 10, jul. 1996, p. 12-18.

_____. Contribuição no interesse das categorias econômicas ou profissionais. Regime jurídico tributário que não comporta desonerações. Diferença entre interesse público e interesse das categorias econômicas ou profissionais. *Revista dialética de direito tributário*, São Paulo, v. 149, fev. 2008, p. 121-128.

MÉLEGA, Luiz. O poder de tributar e o poder de regular. *Direito tributário atual*. NOGUEIRA, Ruy Barbosa (coord.), v. 7/8, São Paulo: IBDT/Resenha tributária, 1987/88, p. 1.771/1.813.

MELO, José Eduardo Soares de. Contribuições no sistema tributário. In: MACHADO, Hugo de Brito (coord.). *As contribuições no sistema tributário brasileiro*. São Paulo: Dialética / Fortaleza: ICET, 2003, p. 355-365.

_____. *Contribuições sociais no sistema tributário*. 6ª ed., São Paulo: Malheiros, 2010.

_____. *Curso de direito tributário*. 10ª ed., São Paulo: Dialética, 2012.

_____. Imposto estadual sobre doações. In: ROCHA, Valdir de Oliveira (coord.). *Grandes questões atuais do direito tributário*. São Paulo: Dialética, 2001, v. 5, p. 215-234.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocência Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de direito constitucional*. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MENDES, Guilherme Adolfo dos Santos. *Extrafiscalidade: análise semiótica*. Tese (Doutorado), São Paulo: Universidade de São Paulo – USP, 2009.

MIGUEL, Alfonso Ruiz. La igualdad en la jurisprudencia del tribunal constitucional. *Doxa*, v. 19, 1996, p. 39-86.

MITA, Enrico De. O princípio da capacidade contributiva. FERRAZ, Roberto (coord.). *Princípios e limites da tributação*. São Paulo: Quartier Latin, 2005, p. 221-256.

MONTORO, André Franco. *Estudos de filosofia do direito*. São Paulo: RT, 1981.

MORAES, Bernardo Ribeiro de. Imunidades e isenções como instrumento de extrafiscalidade. In: ATALIBA, Geraldo (coord.). *Elementos de direito tributário: notas taquigráficas do III curso de especialização em direito tributário, realizado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. São Paulo: RT, 1978, p. 315-333.

_____. *Doutrina e prática das taxas*. São Paulo: RT, 1976.

MOSCHETTI, Francesco. *Il principio della capacità contributiva*. Padova: Cedam, 1973.

_____. O princípio da capacidade contributiva. In: FERRAZ, Roberto (coord.). *Princípios e limites da tributação 2*. São Paulo: Quartier Latin, 2009, p. 279-330.

MOSQUERA, Roberto Quiroga. *Tributação no mercado financeiro e de capitais*. São Paulo: Dialética, 1998.

MOURA, Frederico Araújo. A seletividade do IPI: sua correlação com a extrafiscalidade, a capacidade contributiva e a noção de essencialidade. *Revista de direito tributário da APET*, São Paulo, v. 11, 2006, p. 93-119.

_____. *Lei complementar tributária*. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

MURPHY, Liam; NAGEL, Thomas. *The myth of ownership: taxes and justice*. New York: Oxford University, 2002.

MUSGRAVE, Richard A. *Teoria de la hacienda publica*. Tradução espanhola de Jose Maria Lozano Irueste. Madrid: Aguilar, 1968.

NABAIS, José Casalta. *Contratos fiscais: reflexões acerca da sua admissibilidade*. Coimbra: Coimbra, 1994.

_____. *O dever fundamental de pagar impostos*. Coimbra: Almedina, 2004.

NEUMARK, Fritz. *Princípios de la imposición*. Madrid: IEF, 1974.

NEVES, Marcelo. A interpretação jurídica no estado democrático de direito. In: GRAU, Eros Roberto; GUERRA FILHO, Willis Santiago (Org.). *Direito constitucional: estudos em homenagem a Paulo Bonavides*. São Paulo: Malheiros, 2003, p. 356-376.

_____. *Entre Hidra e Hércules: princípios e regras constitucionais como diferença paradoxal do sistema jurídico*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

_____. *Transconstitucionalismo*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

NISKAKANGAS, Heikki. *The non-fiscal goals of taxation*. Nordic Tax Research Council, Estocolmo, 2008, p. 1-11.

NOGUEIRA, Ruy Barbosa. *Curso de direito tributário*. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 1980.

_____. Função fiscal e extrafiscal dos impostos. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva; e BRITO, Edvaldo (org.). *Direito tributário: princípios e normas gerais*. Coleção doutrinas essenciais, v. 1. São Paulo: RT, 2011, p. 865-874.

NOVOA, César García. *El concepto de tributo*. Buenos Aires: Marcial Pons, 2012.

OLIVEIRA, José Marcos Domingues de. Legalidade tributária: o princípio da proporcionalidade e a tipicidade aberta. *Revista de direito tributário*, São Paulo, v. 70, 1995, p. 106-116.

_____. Legalidade tributária: o princípio da proporcionalidade e a tipicidade aberta. In: RIBEIRO, Ricardo Lodi; ROCHA, Sergio André. (coord.) *Legalidade e tipicidade no direito tributário*. São Paulo: Quartier Latin, 2008, p. 55-70.

OLIVEIRA, Regis Fernandes. Os tratados internacionais e seus reflexos no direito brasileiro. *Teoria geral da obrigação tributária – Estudos em homenagem ao Professor José Souto Maior Borges*. Coord. Heleno Torres, São Paulo: Malheiros, 2005, p. 190-213.

OLLERO, Gabriel Casado. Los fines no fiscales de los tributos. *Revista de derecho financiero y de hacienda pública*. Madrid, v. 41, n. 213, 1991, p. 455-511.

OUTHWAITE, William; e BOTTOMORE, Tom (orgs.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Tradução de Eduardo Francisco Alves e Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

PAULSEN, Leandro. *Segurança jurídica, certeza do direito e tributação: a concretização da certeza quanto à instituição de tributos através das garantias da legalidade, da irretroatividade e da anterioridade*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

PEIXOTO, Daniel Monteiro. *Responsabilidade tributária e os atos de formação, administração, reorganização e dissolução de sociedades*. São Paulo: Saraiva, 2012.

PIGOU, Arthur Cecil. *Un estudio sobre hacienda pública*. Tradução espanhola de Gonzalo Guasp. 3ª ed., Madrid: Instituto de Estudios Fiscales, 1962.

PIMENTA, Paulo Roberto Lyrio. *Contribuições de intervenção no domínio econômico*. São Paulo: Dialética, 2002.

_____. Contribuições para o custeio do serviço de iluminação pública. *Revista dialética de direito tributário*. São Paulo, v. 95, ago. 2003, p. 108.

_____. Do caráter provisório das contribuições de intervenção no domínio econômico. In: ROCHA, Valdir de Oliveira (coord.). *Grandes questões atuais do direito tributário*. São Paulo: Dialética, 2003, v. 7, p. 331-341.

PISCITELLI, Tathiane dos Santos. *Argumentando pelas consequências no direito tributário*. São Paulo: Noeses, 2011.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Comentários à Constituição de 1967, com a emenda nº 1, de 1969*. 2ª ed., T. II, São Paulo: RT, 1970.

_____. *Sistema de ciência positiva do direito*. Atualizado por Vilson Rodrigues Alves. Campinas: Bookseller, 2000, v. 2.

RAMOS, Elival da Silva. *Ativismo judicial: parâmetros dogmáticos*. São Paulo: Saraiva, 2010.

REZENDE, Fernando. Globalização, Federalismo e Tributação. In: SCHOUERI, Luís Eduardo (coord.). *Direito Tributário – Estudos em Homenagem a Alcides Jorge Costa*, v. II, São Paulo: Quartier Latin, 2003, p. 1064-1076.

RIBEIRO, Ricardo Lodi. Legalidade tributária, tipicidade aberta, conceitos indeterminados e cláusulas gerais tributárias. *Revista de direito administrativo*, Rio de Janeiro, v. 229, p. 313-334, jul./set., 2002.

ROCHA, Paulo Victor Vieira da. *Substituição tributária e proporcionalidade: entre capacidade contributiva e praticabilidade*. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

ROCHA, Sergio André. A deslegalização no direito tributário brasileiro contemporâneo: segurança jurídica, legalidade, conceitos indeterminados, tipicidade e liberdade de conformação da administração pública. In: RIBEIRO, Ricardo Lodi; ROCHA, Sergio André. (coord.) *Legalidade e tipicidade no direito tributário*. São Paulo: Quartier Latin, 2008, p. 219-264.

ROSS, Alf. *Direito e justiça*. 2ª ed., Tradução de Edson Bini. Bauru: Edipro, 2007.

_____. *Lógica de las normas*. Trad. José S. P. Hierro. Madrid: Editorial Tecnos, 1971.

ROTHMANN, Gerd Willi. Tributação, sonegação e livre concorrência. In: FERRAZ, Roberto. (coord.) *Princípios e limites da tributação 2: os princípios da Ordem Econômica e a tributação*. São Paulo: Quartier Latin, 2009, p. 331-371.

SABALLOS, Reynaldo Saballos. El principio de proporcionalidad como límite de los impuestos con fines extrafiscales. In: QUIÑONES, Lucy Cruz de (coord.). *Lecciones de derecho tributario inspiradas por un maestro: liber amicorum en homenaje a Eusebio Gonzáles García*. t. I, Bogotá: Universidad del Rosario, 2010, p. 150-180.

SANDEL, Michael J. *Liberalism and the limits of justice*. Second edition. New York: Cambridge University Press, 1998.

SANTI, Eurico Marcos Diniz de. As classificações no sistema tributário brasileiro. In: *Justiça tributária: I Congresso Internacional de direito tributário*. São Paulo: Max Limonad, 1998, p. 125-147.

SCAFF, Fernando Facury. A responsabilidade tributária e a inconstitucionalidade da guerra fiscal. ROCHA, Valdir de Oliveira. (coord.). *Grandes questões atuais do direito tributário*. São Paulo: Dialética, 2011, v. 15, p. 43-60.

_____. ; e TUPIASSU, Lise Vieira da Costa. Tributação e Políticas Públicas: o ICMS Ecológico. In: BRAGA, Rodrigo; et al. (Org.). *Amazônia: os desafios da Região sob a perspectiva jurídica*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, p. 59-80.

_____. ; e SILVEIRA, Alexandre Coutinho da. Competência tributária, transferências obrigatórias e incentivos fiscais. In: CONTI, José Maurício et al. (org.). *Federalismo fiscal: questões contemporâneas*. Florianópolis: Conceito, 2010, p. 285-302.

SCHAUER, Frederick. *Playing by the rules: a philosophical examination of rule-based decision-making in law and in life*. Oxford: Clarendon, 2002.

SCHOUERI, Luís Eduardo. *Direito tributário*. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. Livre concorrência e tributação. In: ROCHA, Valdir de Oliveira (coord.). *Grandes questões atuais do direito tributário*. São Paulo: Dialética, 2007, v. 11, 241-271.

_____. *Normas tributárias indutoras e intervenção econômica*. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

_____. Tributação e indução econômica: os efeitos econômicos de um tributo como critério para sua constitucionalidade. In: FERRAZ, Roberto (coord.). *Princípios e limites da tributação 2: os princípios da ordem econômica e a tributação*. São Paulo: Quartier Latin, 2009, p. 139-164.

SCHUARTZ, Luis Fernando. Dogmática jurídica e Lei 8.884/94. *Revista de direito mercantil, industrial, econômico e financeiro*. São Paulo, v. 107, 1997, p. 70-98.

SEIXAS FILHO, Aurélio Pitanga. Imposto sobre a propriedade de veículos automotores – proibição de discriminar produtos estrangeiros – critérios de sua progressividade. *Revista dialética de direito tributário*, São Paulo, v. 39, dez. 1998, p. 22-26.

SELIGMAN, Edwin R. A., *The shifting and incidence of taxation*. 2ª ed., Londres: Macmillan, 1902.

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 24ª ed., São Paulo: Malheiros, 2005.

SILVA, Virgílio Afonso da. *Direitos fundamentais: conteúdo essencial, restrições e eficácia*. São Paulo: Malheiros, 2009.

_____. Princípios e regras: mitos e equívocos acerca de uma distinção. *Revista latino-americana de estudos constitucionais*. Belo Horizonte, v. 1, 2003, p. 607-630.

SIQUEIRA, Marcelo Lettieri; e RAMOS, Francisco S. Incidência tributária. In: BIDERMAN, Ciro e ARVANTE, Paulo (org.). *Economia do setor público no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 155-172.

SOUZA, Rubens Gomes de; ATALIBA, Geraldo e CARVALHO, Paulo de Barros. *Comentários ao código tributário nacional: parte geral*. São Paulo: RT, 1975.

SOUZA, Washington Peluso Albino de. *Primeiras linhas de direito econômico*. 2ª ed., Belo Horizonte: FBDE, 1992.

STERN, Klaus. O juiz e a aplicação do direito. In: GRAU, Eros Roberto; GUERRA FILHO, Willis Santiago (Org.). *Direito constitucional: estudos em homenagem a Paulo Bonavides*. São Paulo: Malheiros, 2003, p. 505-515.

STIGLITZ, Joseph E. *Economics of the public sector*. 3ª ed., New York/London: W.W. Norton, 1999.

_____. *Freefall: free markets and the sinking of the global economy*. London: Penguin Books, 2010.

SUNDFELD, Carlos Ari. *Fundamentos de direito público*. 4ª. ed., São Paulo: Malheiros, 2001.

SURREY, Stanley S.; McDANIEL, Paul R. *Pathways to tax reform: the concept of tax expenditures*. Cambridge: Harvard University, 1973.

TESAURO, Francesco. *Instituzioni di diritto tributario: parte generale*. Turim: UTET giuridica, 2011, p. 63 e ss.

TIPKE, Klaus. In: _____. ; YAMASHITA, Douglas. *Justiça fiscal e princípio da capacidade contributiva*. São Paulo: Malheiros, 2002.

_____. *Moral tributária do estado e dos contribuintes*. Tradução de Luiz Dória Furquim. Porto Alegre: Safe, 2012.

TORRES, Heleno Taveira. Desenvolvimento, meio ambiente e extrafiscalidade no Brasil. *Videre*, Dourados, ano 3, v. 6, jul./dez. 2011, p. 11-52.

_____. *Direito constitucional tributário e segurança jurídica: metódica da segurança jurídica do Sistema Constitucional Tributário*. São Paulo: RT, 2011.

TORRES, Ricardo Lobo. *A idéia de liberdade no Estado patrimonial e no Estado fiscal*. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

_____. O princípio da tipicidade no direito tributário. In: RIBEIRO, Ricardo Lodi; e ROCHA, Sergio André (coord.). *Legalidade e tipicidade no direito tributário*. São Paulo: Quartier Latin, 2008, p. 135-184.

_____. *Tratado de direito constitucional, financeiro e tributário*, Vol. IV – Os Tributos na Constituição. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

_____. *Tratado de direito constitucional, financeiro e tributário*. v. II, valores e princípios constitucionais tributários. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

TUPIASSU, Lise Vieira da Costa. *Tributação ambiental: a utilização de instrumentos econômicos e fiscais na implementação do direito ao meio ambiente saudável*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

UCKMAR, Victor. *Princípios comuns de direito constitucional tributário*. Tradução de Marco Aurélio Greco. São Paulo: Educ/RT, 1976.

VALADÃO, Marcos Aurélio Pereira. *Regulatory tobacco tax framework: a feasible solution to a global health problem*. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

VALCÁRCEL, Ernesto Lejeune. Aproximación al principio de igualdad tributaria. In: AMATUCCI, Andrea (org.). *Seis estudios sobre derecho constitucional e internacional tributário*. Madrid: Derecho Financeiro, 1980, p. 113-180.

_____. O princípio de igualdade. In: FERRAZ, Roberto (coord.). *Princípios e limites da tributação 2*. São Paulo: Quartier Latin, 2009, p. 251-277.

VELLOSO, Andrei Pitten. *O princípio da isonomia tributária: da teoria da igualdade ao controle das desigualdades impositivas*. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2010.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. *A intervenção do estado no domínio econômico: o direito público econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: 1998.

VIEIRA, Oscar Vilhena. Interpretação e política judicial. In: *Cadernos Direito GV – Seminário 29 – Interpretação, desenvolvimento e instituições*. São Paulo, v. 6, n. 3, p. 101-113, maio de 2009.

VILANOVA, Lourival. *As estruturas lógicas e o sistema do direito positivo*. São Paulo: Noeses, 2005.

_____. Sobre o conceito do direito. In: _____. *Escritos jurídicos e filosóficos*. v. 1. São Paulo: Axis Mundi, 2003, p. 1-78.

VOGEL, Klaus. Tributos regulatórios e garantia da propriedade no direito constitucional da República Federativa da Alemanha. In: MACHADO, Brandão (coord.). *Direito tributário: estudos em homenagem ao Prof. Ruy Barbosa Nogueira*. São Paulo: Saraiva, 1984, p. 548-549.

XAVIER, Alberto. *Os princípios da legalidade e da tipicidade da tributação*. São Paulo: RT, 1978.

_____. *Tipicidade da tributação, simulação e norma antielisiva*. São Paulo: Dialética, 2001.

ZILVETI, Fernando Aurelio. *Princípios de direito tributário e a capacidade contributiva*. São Paulo: Quartier Latin, 2004.

_____. Variações sobre o princípio da neutralidade no direito tributário. *Direito tributário atual*. São Paulo: IBDT/Dialética, 2005, v. 19, p. 24-40.

Tabela de decisões citadas

I. BRASIL

1. Supremo Tribunal Federal (disponível em: <www.stf.jus.br>)

- 1.1 STF, ADI nº 1.276, Rel. Min. Ellen Gracie, Tribunal Pleno, julgado em 29/8/2002, DJ de 29/11/2002.
- 1.2 STF, ADI nº 1.643, Rel. Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, julgado em 5/12/2002, DJ de 14/3/2003.
- 1.3 STF, ADI nº 1.655, Rel. Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, julgado em 3/3/2004, DJ de 2/4/2004.
- 1.4 STF, ADI nº 155, Rel. Min. Octavio Gallotti, Tribunal Pleno, julgado em 3/8/1998, DJ de 8/9/2000.
- 1.5 STF, ADI nº 2.345, Rel. Min. Cezar Peluso, Tribunal Pleno, julgado em 30/6/2011, DJe de 4/8/2011.
- 1.6 STF, ADI nº 2.377 MC, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Tribunal Pleno, julgado em 22/2/2001, DJ de 7/11/2003.
- 1.7 STF, ADI nº 2.925, Rel. Min. Ellen Gracie, Rel. p/ Acórdão Min. Marco Aurélio, Tribunal Pleno, julgado em 19/12/2003, DJ de 4/3/2005.
- 1.8 STF, ADI nº 3.389, Rel. Min. Joaquim Barbosa, Tribunal Pleno, julgado em 6/9/2007, DJe de 31/1/2008.
- 1.9 STF, ADI nº 3.426, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Tribunal Pleno, julgado em 22/3/2007, DJe de 31/5/2007.
- 1.10 STF, ADI nº 3.462, Rel. Min. Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, julgado em 15/9/2010, DJe de 14/2/2011.
- 1.11 STF, ADI nº 4.033, Rel. Min. Joaquim Barbosa, Tribunal Pleno, julgado em 15/9/2010, DJe de 4/2/2011.
- 1.12 STF, ADI nº 4.152, Rel. Min. Cezar Peluso, Tribunal Pleno, julgado em 1/6/2011, DJe de 20/9/2011.
- 1.13 STF, ADI nº 4.661 MC, Rel. Min. Marco Aurélio, Tribunal Pleno, julgado em 20/10/2011, DJe de 22/3/2012.
- 1.14 STF, ADI nº 939, Rel. Min. Sydney Sanches, Tribunal Pleno, julgado em 15/12/1993, DJ de 18/3/1994.

- 1.15 STF, AgRg no AI nº 360.461, Rel. Min. Celso de Mello, Segunda Turma, julgado em 6/12/2005, DJe de 27/3/2008.
- 1.16 STF, AI nº 137.380, Rel. Min. Paulo Brossard, Segunda Turma, julgado em 24/5/1994, DJ de 2/12/1994.
- 1.17 STF, HC nº 82.424, Rel. Min. Moreira Alves, Rel. p/ Acórdão Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, julgado em 17/9/2003, DJ de 19/3/2004.
- 1.18 STF, MC na ADI nº 1.417, Rel. Min. Octavio Gallotti, Tribunal Pleno, julgado em 7/3/1996, DJ de 24/5/1996.
- 1.19 STF, RE 174.478, Rel. Min. Marco Aurélio, Rel. p/ Acórdão: Min. Cezar Peluso, Tribunal Pleno, julgado em 17/3/2005, DJ de 30/9/2005.
- 1.20 STF, RE nº 153.771, Rel. Min. Carlos Velloso, Rel. p/ Acórdão: Min. Moreira Alves, Tribunal Pleno, julgado em 20/11/1996, DJ de 5/9/1997.
- 1.21 STF, RE nº 159.026, Rel. Min. Ilmar Galvão, Primeira Turma, julgado em 30/8/1994, DJ de 12/5/1995.
- 1.22 STF, RE nº 198.088, Rel. Min. Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, julgado em 17/5/2000, DJ de 5/9/2003.
- 1.23 STF, RE nº 198.092, Rel. Min. Carlos Velloso, Segunda Turma, julgado em 27/8/1996, DJ de 11/10/1996.
- 1.24 STF, RE nº 201.764, Rel. Min. Eros Grau, Primeira Turma, julgado em 7/12/2004, DJ de 25/2/2005.
- 1.25 STF, RE nº 225.602, Rel. Min. Carlos Velloso, Tribunal Pleno, julgado em 25/11/1998, DJ de 6/4/2001.
- 1.26 STF, RE nº 232.084, Rel. Min. Ilmar Galvão, Primeira Turma, julgado em 4/4/2000, DJ de 16/6/2000.
- 1.27 STF, RE nº 233.332, Rel. Min. Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, julgado em 10/3/1999, DJ de 14/5/1999.
- 1.28 STF, RE nº 258.088, Rel. Min. Celso de Mello, Segunda Turma, julgado em 18/4/2000, DJ de 30/6/2000.
- 1.29 STF, RE nº 343.446, Rel. Min. Carlos Velloso, Tribunal Pleno, julgado em 20/3/2003, DJ de 4/4/2003.
- 1.30 STF, RE nº 344.331, Rel. Min. Ellen Gracie, Primeira Turma, julgado em 11/2/2003, DJ de 14/3/2003.
- 1.31 STF, RE nº 423.768, Rel. Min. Marco Aurélio, Tribunal Pleno, julgado em 1/12/2010, DJe de 9/5/2011.

- 1.32 STF, RE nº 542.485, Rel. Min. Marco Aurélio, Primeira Turma, julgado em 19/2/2013, DJe de 7/3/2013.
- 1.33 STF, RE nº 570.680, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Tribunal Pleno, julgado em 28/10/2009, DJe de 3/12/2009.
- 1.34 STF, RE nº 572.762, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Tribunal Pleno, julgado em 18/6/2008, DJe 4/9/2008.
- 1.35 STF, RE nº 573.675, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Tribunal Pleno, julgado em 25/3/2009, DJe de 21/5/2009.
- 1.36 STF, RE nº 94.001, Rel. Min. Moreira Alves, Tribunal Pleno, julgado em 11/3/1982, DJ de 11/6/1982.

2. Superior Tribunal de Justiça (disponível em: <www.stj.jus.br>)

- 2.1 STJ, REsp nº 120.998/DF, Rel. Min. Garcia Vieira, Primeira Turma, julgado em 11/04/2000, DJ de 08/05/2000.

II. ESPANHA

1. Tribunal Constitucional Espanhol (disponível em: <www.tribunalconstitucional.es>)

- 1.1 Tribunal Constitucional Espanhol, Pleno, Sentença nº 37/1987, de 26 de março de 1987).

III. ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

1. Suprema Corte (disponível no sítio “*Find Law*”: <www.findlaw.com/cascode/supreme.html>)

- 1.1 *Bailey versus Drexel Furniture Co.*, 259 U.S. 20 (1922).

IV. PORTUGAL

1. Tribunal Constitucional Português (disponível em: <www.tribunalconstitucional.pt>)

- 1.1 Acórdão nº 187/90, Processo nº 215/88, 2ª Secção, Rel. Conselheiro Alves Correia.